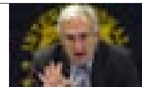
Dom 1 Mai Edição Gratuita

Domingo, 1 de Maio de 2011, Ano XXII, n.º 6666, **gratuito**
Directora: Bárbara Reisinho. Directores Adjuntos: Nunes Pacheco, Manuela Carvalho e Miguel Caspar. Director executivo Online: Simão Duarte. Directora de Arte: Sónia Mattoso
www.publico.pt

Colecção
Mitos e Lendas



Vol. 12
O FMI / **Hoje**
por apenas mais **€6,90**

Público

Especial
Dia do Trabalhador
edição gratuita 1.º de Maio



Transportes
RAVE: ninguém gosta de ficar apeado *última*



Portugal: o fim da adolescência

pág.2

Penamacor
● Dirigente do PS critica migração proveniente de centros urbanos *pág. 4*

Agricultura
● Portugal perto da auto-suficiência *pág. 5*

Sociedade
● Taxa de natalidade em Portugal atinge valores recorde *pág. 6*



Desporto
● Encontro Nacional de claques de futebol *pág. 7*



Agora as tuas horas de trabalho social voluntário valem pontos no cartão continente. Para gastares no que quiseres.

Ajudamos-te a ajudar.



Destaque

Portugal Nova Constituição entrou hoje em vigor

Portugal: O fim da adolescência

Passados 37 anos após a revolução dos cravos, a democracia portuguesa parece querer entrar definitivamente na idade adulta. O que se seguirá?

Rui Madeiras

Entrou hoje em vigor a nova Constituição da República num dia histórico para Portugal. Pela primeira vez na história do país uma iniciativa popular forçou uma viragem nas políticas seguidas, obrigando à demissão do governo de coligação PS/PSD/CDS e à resignação do Presidente da República. As repercussões destas mudanças já se começaram a fazer sentir em alguns países europeus, da América latina e da Ásia, com uma vaga de entusiasmo a varrer as opiniões públicas que começam agora a exigir mudanças também nos seus países.

A nova Constituição da República Portuguesa (CRP) redigida pelo conjunto de vinte e cinco cidadãos eleitos especificamente para a tarefa, entrou hoje em vigor, sendo a maior novidade a transformação do sistema político num sistema democrático independente de partidos. Hoje, num dia que ficará certamente marcado nos livros de história, deixou de ser necessário uma estrutura partidária para recolher assinaturas para um cidadão ser elegível para os cargos públicos. No artigo 70º do texto pode ler-se, "é suficiente uma apresentação individual, currículo, ou programa, no portal oficial na Internet, onde os eleitores poderão votar em qualquer cidadão, tornando-o elegível para representante no novo governo parlamentar e outros cargos públicos". Segundo Joaquim Serra, capitão de Abril: "A maturidade de Abril parece ter-se consubstanciado em Portugal, tornando eleitos e eleitores mais responsáveis, participativos, próximos e obrigados a consensos nacionais." O portal criado para assegurar a nova estrutura electiva permite também o acesso a todos os movimentos de capital do Estado Português, tornando assim os gastos Públicos completamente transparentes e públicos. Um dos mecanismos democráticos mais importantes do portal é o de permitir que qualquer cidadão proponha uma moção de sua iniciativa, que poderá ser de obrigatória discussão e decisão pelos deputados do governo parlamentar se for subscrita através de assinatura digital por, pelo menos, trinta e cinco mil eleitores. Desde a colocação on-line do portal, já duas propostas atingiram o número mínimo de assinaturas necessárias, pelo que deverão ser votadas na próxima semana na assembleia da república. Uma destas propostas tem o título de "Direito inalienável do Estado da República à exploração da sua plataforma continental marítima". A outra trata de um problema premente para o país e para o planeta, e a colocação em agenda deste tema prioritário: a preservação dos recursos hídricos.

A nova CRP apresenta ainda como novidade o artigo 80º, em que se estipula que os ordenados da função pública deverão seguir agora o Princípio de Proporcionalidade, obedecendo à regra de que o salário máximo é proporcional ao salário mínimo na ordem de 10 para 1. Isto significa que, sendo o actual salário mínimo de 900 euros, o salário público máximo não poderá exceder um valor dez vezes superior, ou seja, 9.000 euros. Em declarações exclusivas ao Público, o constitucionalista Jorge Cardoso, um dos 25 cidadãos escolhidos para reescrever a CRP, disse que este novo mecanismo de cálculo serve "para garantir que as remunerações dos detentores de cargos públicos contribuam para o objectivo da criação de uma real coesão social." Acrescentou também que a nova CRP tem artigos que "pretendem combater a especulação financeira e acabar com o jogo do Monopólio em que meia dúzia de accionistas e fundos de capitais, suportados por um sistema financeiro desregulado e muitas vezes fora da lei, açambarcam lucros gigantescos lançando na pobreza uma boa parte das populações ou países inteiros." Explicou ainda que o sistema financeiro actual funciona "como um esquema de pirâmide que gera uma dívida maior do que a massa monetária (dinheiro) existente, que mete os partidos políticos no bolso, pretendendo apropriar-se dos recursos sociais e ecológicos do planeta, afectando negativamente as vidas da maioria dos cidadãos".



No distrito de Setúbal, milhares de jovens saíram à rua para celebrar a nova Constituição

O historial dos acontecimentos em que se inspirou a formação desta assembleia constituinte foi o processo que decorreu na Islândia nos últimos meses, em que um colectivo de cidadãos reescreveu a constituição daquele país depois de vários protestos populares forçarem à demissão do governo, de dois referendos em que se recusou o pagamento da dívida do banco privado Icesave e depois da pressão pública ter forçado a uma responsabilização criminal dos banqueiros corruptos. Embora na Islândia não se tenha ido tão longe como em Portugal, ambos países são agora vistos um pouco por todo o mundo como estando a abrir novos caminhos democráticos à humanidade, graças às iniciativas populares. São agora também os irlandeses, espanhóis e italianos que após referendos populares às condições de pagamento das suas dívidas soberanas e da rejeição do pagamento das dívidas da banca privada que começam também a manifestar-se nas suas "Praças da Liberdade", nome pela qual estão a ficar conhecidas as praças das principais cidades onde a reunião de milhões de pessoas tem exigido uma democracia renovada. Estes movimentos populares estão também a gerar um forte diálogo nas novas democracias árabes, algumas delas no processo de escrever a sua primeira Constituição Democrática.

"Os ordenados da função pública deverão seguir agora o Princípio de Proporcionalidade, obedecendo à regra de que o salário máximo é proporcional ao salário mínimo na ordem de 10 para 1. Isto significa que, sendo o actual salário mínimo de 900 euros, o salário público máximo não poderá exceder um valor dez vezes superior, ou seja, 9.000 euros."

A par da renovação política, Portugal tornou-se, no espaço de dois anos, num país auto-suficiente no que respeita à produção alimentar. Depois de implementado o Programa Estratégico de Sustentabilidade, houve um investimento significativo na produção agrícola e pesqueira, tendo-se criado o Plano Nacional da Energia. Portugal importa agora menos energia e cresceram as exportações de tecnologias de ponta. Devido à escassez crescente do petróleo a no que se convencionou chamar de "fim da era do petróleo barato", os países importadores de crude estão agora a sofrer as consequências da alta dos preços e a ser obrigados a remodelar a sua estratégia energética. Portugal foi um dos primeiros países a enfrentar a crise energética e a efectuar reformas estruturantes.

O novo paradigma empresarial português obteve duas importantes vitórias: terminou com a lógica dos monopólios, emitindo licenças privadas para concorrência com as empresas estatais nas áreas estratégicas e conseguiu que o Princípio da Proporcionalidade nas remunerações seja, além de um exemplo, cada vez mais uma realidade no tecido empresarial privado português. Assistimos a tempos empolgantes e virados para o futuro. este súbito e surpreendente aumento da participação cívica à descentralização dos centros de poder e à sua diluição na vida pública. Vemos uma massa crítica que julgávamos impossível neste país, a forçar mudanças e a fazê-lo responsável e de forma sustentada. A opinião pública está a tornar-se o centro aglutinador da intervenção na sociedade e a vigilância sobre os diversos actores económicos e políticos o garante do seu bom funcionamento.

Portugal

Foi finalmente inaugurado o Gabinete de Apoio ao Cidadão info-excluído.
Com balcões em todas as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, este inovador serviço público terá como objectivo o apoio aos cidadãos menos familiarizados com as novas tecnologias da Informação e Comunicação. Este serviço dará também apoio e formação para uma mais eficaz interactividade no recém criado Portal do Deputado, onde os eleitores podem consultar o trabalho efectuado pelos representantes políticos, a lógica da participação e participar na vigilância do serviço público.



Penamacor António Abanas queixa-se de excesso de população

Autarca do PS diz que excesso de desenvolvimento é prejudicial

O vice-presidente da Câmara de Penamacor, António Abanas (PS), destacou hoje que "em matéria do interior fez-se demais desde o 25 de Abril", ao criticar as medidas de desenvolvimento, que ele e outros responsáveis consideram excessivas.

António Abanas falava na sessão de abertura do seminário Desenvolvimento Regional e a Desertificação Rural no Contexto Transfronteiriço, promovido em Penamacor pela União de Sindicatos do Distrito de Castelo Branco (USCB).

O vice-presidente de Penamacor teme que as medidas de repovoamento do interior exponenciem a abertura de serviços públicos e defendeu que, em vez disso, se trave a regionalização selvagem do país "para a região se desenvolver a ritmo sustentável", apontando como bons exemplos "os arquipélagos da Madeira e dos Açores".

Entre 2004 e 2009, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o distrito ganhou dezoito mil habitantes, destacou Luís Parra, presidente da USCB, que também defendeu o fim da regionalização e pediu "maior responsabilização na distribuição de fundos comunitários". Do total dos projectos aprovados ao abrigo do sistema de incentivos às empresas, do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), "o distrito de Castelo Branco tem um peso de 8,4 por cento", referiu, o que tem contribuido para uma migração excessiva de habitantes de cidades como Lisboa e Setúbal.



António Abanas: "o que é demais é erro"

O cenário português ameaça atingir o drama vivido actualmente na raia espanhola, por exemplo, na região da Extremadura. Aí, "65 por cento da população vive em meio rural, muito acima dos 18 por cento da média espanhola", destacou Ramón Charco, sindicalista das Comisiones Obreras (CCOO) de Espanha.

As grandes empresas "nem sequer estão situadas no meio rural", acrescentou.

Anabela Dionísia, docente da Universidade da Beira Interior (UBI), investigadora na área do desenvolvimento regional, questionou a abertura indiscriminada de escolas em Portugal, defendendo uma análise cuidada de cada caso.

Sendo certo que "havendo alunos terá que haver escolas, também não se atraem famílias para os territórios caso as populações locais tenham que alterar os seus pacatos estilos de vida. Há que ver que as camadas mais idosas da nossa população apreciam o silêncio e a um estilo de vida sossegado. Eles só querem poder morrer em paz", sublinhou.

A existência de escolas é uma das peças de marketing territorial que Anabela Dionísia defende para repovoar as áreas rurais, "mas não se o pode confundir com publicidade: o marketing territorial é a criação de medidas".

A investigadora aponta a ligação da região a outras, dentro e fora do país, com laços sociais, culturais e económicos, por forma a criar redes com escala que permitam o escoamento de pessoas para os grandes centros urbanos.

De acordo com Anabela Dionísia, "não falta gente que investiga e traça estratégias", mas falta muitas vezes, "atenção de quem governa" para as soluções apontadas: "se continuar a chegar gente à região e aos territórios rurais, vamos ter excesso de produção nacional agrícola e cidades com falta de habitantes", concluiu.

CAIXA GERAL SOLUÇÕES MICROCRÉDITO:
PORQUE UMA PEQUENA OPORTUNIDADE
PODE FAZER TODA A DIFERENÇA.

informe-se em www.cgd.pt/microcreditoparatodos

Caixa Geral de Depositos

Produção agrícola mais perto de tornar Portugal auto-suficiente

Os dados hoje tornados públicos pelo INE atestam que as políticas de incentivo à agricultura estão a surtir efeito. Depois de em 2005 ter sido lançado o processo que deu origem aos bancos de terras, cuja viabilidade chegou a ser posta em causa pela CAP, o projecto terá levado a que 70% do território tido como abandonado tenha sido cultivado ou usado em produção animal extensiva. Ainda de acordo com o INE, do total do território usado, 40% terá sido votado à produção animal em extensão. Estes valores justificam-se, de acordo com Alberto Morais, engenheiro agrónomo da cooperativa agrícola de Vinhais, pela "elevada percentagem de território abandonado com orografia de montanha, cuja utilização agrícola é impossível, mas que permite a produção de raças autóctones adaptadas à difícil geografia".

Os restantes 60% de terras, cuja área totaliza cerca de 9000 quilómetros quadrados, foi usado para o cultivo de produtos hortícolas (38%), cereais (20% para milho e 30% para centeio) e os restantes 12% dividiram-se em cultivo de flores e árvores de fruto.

Em comentário aos dados do INE, a responsável pelo movimento "Terra para todos", Sofia Moreira refere que "o sucesso desta iniciativa é absolutamente inegável. É o reflexo de que os cidadãos estão muitas vezes dispostos à mobilização e que não é de todo impossível o regresso honesto à actividade primária num país tão terciarizado como o nosso. É claro que há ainda muito a fazer: o território continua ainda muito fragmentado, o cadastro de terras esta em vias de ser concluído e há ainda algum trabalho a fazer no que diz respeito à forma como parte sociedade encara este retorno à agricultura". Ainda segundo Sofia Moreira, "importa agora continuar o processo de agregação de território ao banco e acompanhar os projectos no terreno. A produção das culturas actuais ainda não atingiu o nível máximo. No entanto, não pretendemos exaurir os recursos e a sustentabilidade de toda esta actividade deve ser a prioridade."

Portugal já é líder das indústrias criativas

Como consequência do orçamento rectificativo aprovado na Assembleia Popular no final do ano transacto, o investimento nesta área do conhecimento já está a dar frutos. Para além do exponencial crescimento dos números de turistas que agora escolhem o nosso país como destino, estas políticas fizeram diminuir significativamente o número de jovens emigrantes e continuam a atrair artistas e empresários de toda a Europa. «Com este clima maravilhoso, a hospitalidade e a gastronomia que este país oferece, não compreendo como este fenómeno ainda não tinha ocorrido.

O ambiente vivido entre os artistas, os mecenas e o público é fantástico e finalmente temos um sistema mais imune à lógica mercantilista do passado. É isto que atrai pessoas de toda a Europa, do Brasil e dos PALOP», afirmou o maestro António Vitorino de Almeida em entrevista por telefone ao Público. As Indústrias Criativas representam agora 23% do PIB e prevê-se que atinjam os 65% do volume de receitas do sector turístico.



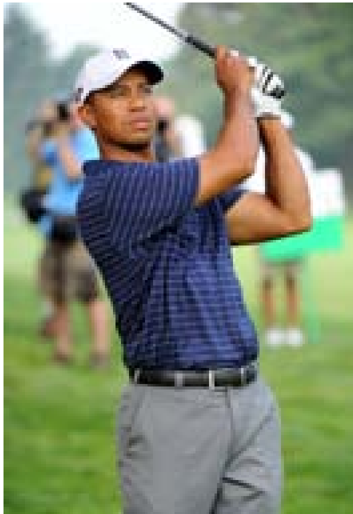
Bracarenses "Mão Morta" no *backstage* da Casa da Música



Golfe biológico Primeiro campeonato mundial

Tiger Woods em busca do buraco 18 entre framboesas e ervas aromáticas

Após um longo período de reconversão dos seus terrenos em campos de agricultura biológica, o Estela Golf Clube reabre as suas portas ao público já no próximo dia 12 de Maio. Para assinalar a data, a empresa acaba de organizar aquele que será o primeiro campeonato mundial de "golfe biológico". Tiger Woods, entre outras estrelas da modalidade, é já uma presença confirmada.



Situado em terrenos priveligiados à beira mar na freguesia da Estela, Póvoa de Varzim, este clube tem estado nas capas dos principais jornais desportivos da especialidade por ter sido o primeiro a conjugar a prática desportiva com a agricultura biológica.

Em comunicado disponível no sítio internet do clube, a directora de marketing Odete Lisete sublinha o "papel pioneiro do Estela Golfe Clube ao oferecer o primeiro campo de golfe onde o tradicional relvado foi substituído por produtos agrícolas". Prometendo conjugar a produção agrícola de cariz biológica com uma "nova forma de jogar golfe", este campeonato afirma-se já como o ponto de partida para uma mudança radical de mentalidades dos promotores privados em relação ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais, como sendo os terrenos agrícolas de alta fertilidade e os recursos aquíferos. Este novo modelo promete também restabelecer o contacto priveligiado das populações locais com o mercado de trabalho da produção agrícola.

Portugal é o segundo país da OCDE com a taxa de natalidade mais alta

Portugal é o segundo país da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) a apresentar a taxa de fertilidade mais alta: 2.7 filhos por mulher, contra uma média de 1.74 filhos por mulher em idade fértil nos 31 países que integram aquela organização internacional.

Acima de Portugal, situa-se apenas Israel, com um índice sintético de fecundidade de 2.96 filhos por mulher. No topo desta tabela, além de Portugal, há sete países com uma taxa superior a dois filhos por mulher: Islândia (2.22), Nova Zelândia (2.14), Turquia (2.12), México (2.08), Irlanda (2.07), Estados Unidos (2.01) e Chile (2.0). A França, cujos governos têm apostado fortemente nas políticas de apoio à família, conseguiu fazer subir a sua taxa para uma média de 1.99 filhos por mulher.

Os dados, referentes a 2009, estão contidos num relatório da OCDE, Doing Better for Families, hoje divulgado. O documento compara indicadores de mais de 31 países e, em tempos de forte contenção financeira, sugere medidas para assegurar eficácia às políticas de apoio à família. "Os sistemas de apoio universal asseguram que todas as crianças, sem excepção, estão cobertas, mas saem muito caros. Uma abordagem 'em cascata', que oferece apoio mais intensivo à população alvo, pode ser mais eficiente", sustenta o documento, sugerindo que, para poupar, os governos podem garantir visitas de profissionais de saúde a todas as famílias com crianças, mas circunscrever os apoios complementares às famílias que, no decurso dessas visitas, sejam identificadas como necessitadas.

Porque o risco de pobreza aumenta exponencialmente sempre que um dos membros do casal esteja desempregado, a OCDE sugere ainda que alguns apoios possam ser condicionados aos casos em que os pais consigam provar que estão à procura de emprego.

A pensar nas limitações financeiras, os peritos da OCDE sugerem ainda que os países podem reservar um maior papel aos privados no desenvolvimento de sistemas de empréstimo que garantam o acesso e a frequência universitária. Desse modo, ficariam com mais recursos disponíveis para apoiar as famílias com crianças pequenas.

O relatório lembra ainda que pagar em dinheiro às famílias que decidam ter uma criança não produz resultados a longo prazo. "O investimento na rede de cuidados às crianças produz resultados mais efectivos", lê-se no documento, que aponta a Portugal como exemplo a seguir nesta matéria.



Alegria e muita cerveja foram sinónimos de *fair-play* na A1

III Encontro Nacional de claques de futebol

Decorreu este fim-de-semana o terceiro encontro nacional de claques de futebol, na Área de Serviço de Pombal, na auto-estrada n.º 1. Nos dois dias de reunião, as claques dos cinco grandes clubes, assinalaram o 4º aniversário do primeiro campeonato mundial conquistado pela selecção nacional.
O ponto alto destas festividades foi o encontro realizado entre os Super Dragões e os No Name Boys, partida que foi magistralmente arbitrada por José Mourinho no relvado da própria estação de serviço. O convidado de honra deste ano, voltou a mostrar interesse em dirigir as tropas lusas, quando terminar o seu contrato com o Vasco da Gama, e voltou a salientar a boa relação entre os adeptos, fenómeno único no panorama mundial. Para além disso, foram ainda recolhidos meio milhão de euros para doação a instituições de solidariedade social.

Cluster português na área da pesca dá formação a atuneiros japoneses

O cluster de empresas de pesca, que engloba armadores da cintura pesqueira Viana do Castelo - Vila do Conde, começou a operar no Japão, dando formação a armadores de pesca de atum. Jorge Macedo, porta-voz deste cluster, em declarações ao Público, aludiu à tradição marítima, para introduzir o tema da "posição geo-estratégica do país na fachada Oeste-Atlântica da Península Ibérica bem como o esforço que aos membros vem desenvolvendo na promoção externa de Portugal junto dos grandes operadores internacionais".

Desde a sua criação, em 2008, os representantes do cluster, têm defendido a importância de investimentos no exterior, tanto para o abastecimento de peixe



ao mercado comunitário e da sua contribuição para a cooperação para o desenvolvimento (geração de emprego e de riqueza nos países terceiros, onde exercem a sua actividade de pesca).

O cluster também pretende iniciar a formação de pescadores no Canadá, para ajudá-los a melhorar sua qualificação, através da celebração de acordos com associações empresariais daquele país. Jorge Macedo refere: "Esta formação no estrangeiro é uma fórmula muito interessante, pois permite também estabelecer profissionalmente, nos países onde damos formação, um grande número de pescadores portugueses que, caso contrário, seriam meros imigrantes ilegais".

RAVE - Rede Ferroviária de Alta Velocidade vai ser lançada ainda em 2011

Com o cancelamento definitivo do projecto do TGV que previa comboios a atingir até 320km/h, a construção da rede ferroviária continuará a ser considerada de alta velocidade embora com composições um pouco mais lentas. Em contrapartida, poderão servir bastantes mais populações e as viagens serão muito mais económicas.

A linha da nova rede ferroviária que vai unir a Sul Lisboa a Madrid e a Norte Lisboa a Vigo, foi finalmente aprovada após um longo processo de discussão pública e de obtida a Declaração de Impacto Ambiental da Agência Portuguesa do Ambiente. A linha fará parte da Rede Transeuropeia de Transporte Ferroviário e será totalmente construída com fundos públicos. O traçado Sul servirá Lisboa, Montijo, Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Évora, Elvas e finalmente Badajoz. O traçado norte servirá Lisboa, Leiria, Coimbra, Aveiro, Porto, Braga, Viana do Castelo e seguirá para Vigo. Ambos os traçados serão mistos, podendo suportar simultaneamente o transporte de passageiros e o de mercadorias, e terão serviços regulares em número suficiente e a preços acessíveis de forma a serem muito mais atractivos do que o automóvel individual. No seguimento das políticas de incentivo aos transportes públicos que o Estado português tem vindo a implementar, as estações e apeadeiros contarão também autocarros de apoio a pararem todos os cinco minutos e também com preços altamente competitivos. Estas rede de carreiras de apoio cobrirá depois todas as regiões de envolvência das estações.

Transporte rápido e ecológico

Todas as populações abrangidas poderão assim usufruir de um transporte rápido, eficiente e ecológico, a preços reduzidos, ao contrário do que estava inscrito no projecto inicial no qual, para assegurar velocidades até 320 Km, apenas se pretendia fazer uma estação em Lisboa e outra no Porto e com preços proibitivos. Desta forma, perde-se um pouco em velocidade, mas passa-se a servir mais populações e não apenas a classe alta e executivos de empresas.

A estratégia global para os transportes públicos foi inspirada no modelo inovador da cidade brasileira de Curitiba, uma das mais eficientes e ecológicas do mundo.

Projecto RAVE

Nos últimos trinta anos, foram feitas várias visitas de estudo a Curitiba por parte de técnicos e engenheiros que se serviram dessa experiência para elaborar uma proposta para a sua implementação a ser aplicada em diversas cidades e vilas portuguesas. Este plano reformulado, apesar de não satisfazer ainda na totalidade os movimentos populares que os reclamaram, nomeadamente a Iniciativa Pública de Controle e Vigilância do Projecto RAVE mostrou-se à altura das exigências e apesar da pressão pública para resolver alguns problemas de eliminação de ruído, têm sido aceites na sua generalidade.

O Projecto Nacional de Alta Velocidade é peça integrante da Rede Transeuropeia de Transporte Ferroviário, respeitando no seu desenvolvimento e, naturalmente nas fases intermédias, todas as exigências da Iniciativa Pública de Controle e Vigilância do Projecto RAVE no que se refere à criação de efectivas condições de interoperabilidade. Em 2009 a extensão da linha de Alta velocidade na Europa atingia os 5800km prevendo-se que em 2025 este número atinja os 20000km. Países como a Suécia, Rússia, Polónia, Noruega e Finlândia, Áustria, Croácia, Hungria e Roménia prevêem construir linhas de alta velocidade.





Aviso Legal: Este jornal é uma edição satírica inspirada no Jornal Público. Trata-se de uma iniciativa sem fins lucrativos de cidadãos. Todas as despesas para a criação deste projecto foram pagas com fundos próprios dos participantes através daquilo que normalmente se chama “vaquinha”. Infelizmente a dita não chegou para muito. Os autores, que preferem permanecer anónimos, pedem desculpa caso tenham ofendido o bom nome ou a dignidade de certas pessoas e instituições. O único objectivo deste jornal é simplesmente explorar as possibilidades de futuro para Portugal. ***Contacto*** *falsopublico@gmail.com*